



**ACÓRDÃO Nº1255/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11728/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos-SEMPPE
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Sra. Maria Josepha Penella Pegas Chaves
- 6- **Advogado:** Maisa Viviane Pereira Parente - OAB/AM 5897
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 691/2023-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos-SEMPPE. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos-SEMPPE**, referente ao **exercício de 2018**, de responsabilidade da **Sra. Maria Josepha Penella Pegas Chaves**, Gestora e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 22, inciso II, e 24 da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, inciso II e 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação à Sra; Maria Josepha Penella Pegas Chaves**, Gestora e Ordenadora de Despesas, do exercício de 2018, nos termos do art. 72, II, da Lei nº 2.423/96;
- 10.3. **Determinar à SEMINF que:**
  - 10.3.1. **acaso ainda exista o RAP em relação à empresa Fênix da Amazônia**, que seja providenciado o pagamento, nos termos da Lei de Finanças, de modo a evitar a configuração de ato ilícito por parte do Município;



**ACÓRDÃO Nº1255/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3.2.** mantenha registros fotográficos das obras/serviços (antes, durante e após a conclusão), conforme determina o art. 2º, II, alínea “i”, da Resolução nº 27/2012 – TCE/AM);

**10.3.3.** haja supervisão acerca da emissão das ARTS em todas as etapas das obras/serviços, tendo em vista a exigência legal (arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 6.496/77 c/c o arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 1.025/2009 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA);

**10.3.4.** tome as devidas providências quanto a realização de concurso público;

**10.3.5.** implantação do ponto eletrônico, conforme art. 5º do Decreto Municipal nº 230/2009;

**10.3.6.** em caso de aditamento de prazo, ausência de apresentação da motivação por escrito das causas que ensejaram a prorrogação do prazo do contrato, devidamente autuados no processo, justificando a ocorrência de uma das seis hipóteses previstas nos incisos do artigo 57 e seu § 1º, da Lei nº 8666/1993;

**10.3.7.** observe com rigor os procedimentos e documentos necessários ao cumprimento à Lei de Licitações (art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93);

**10.4. Determinar** à Sepleno-Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências dispostas no art. 161 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, dentre elas, dar ciência à interessada sobre o julgamento deste processo, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão;

**10.5. Arquivar** o presente feito após cumprimento integral do voto.

**9. Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10. Data da Sessão:** 28 de Junho de 2023.

**11. Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente votou), Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº1255/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**12. Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO MANOEL COELHO DE MELLO em 10/07/2023.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: B63EC692-B9617829-A49ED3D9-D09C202B